

CÂMARA MUNICIPAL DO SABUGAL

ATA N.º 10/2026

REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE MAIO DE 2026

PRESIDENTE DA CÂMARA:

Vítor Manuel Dias Proença

VEREADORES:

Paulo Jorge Leitão Batista – Vereador eleito pelo Partido Socialista

Sílvia Gonçalves Nabais – Vereadora do Partido Social Democrata

Francisco Morais Esteves de Barros - Vereador eleito pelo Partido Chega

Amadeu Paula Neves – Vereador do Partido Social Democrata

José António Paulos Barros - Vereador eleito pelo Partido Socialista

JUSTIFICOU FALTA À PRESENTE REUNIÃO:

Paulo José Nabais da Cruz – Vereador do Partido Social Democrata

HORA DE ABERTURA:

Dez horas

LOCAL: Salão Nobre dos Paços do Concelho

SALDO DO DIA 12 DE MAIO DE 2026 ----->

Op. Orçamental: 2.408.726,68 €

Op. Não Orçamental: 1.014.439,12 €

Ao décimo terceiro dia do mês de maio de dois mil e vinte e seis, nesta cidade de Sabugal, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Sabugal que teve início pelas 10:00 horas no Salão Nobre dos Paços do Concelho. -----

Verificada a existência de quórum para funcionamento do executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o senhor **Presidente da Câmara, Vítor Manuel Dias Proença** presidiu a reunião tendo-a declarado aberta. -----

Tratando-se de uma reunião pública, o Sr. **Presidente da Câmara** informou que se encontravam presentes dois elementos do público, e que um dos elementos, após inscrição, pretendia intervir, ao abrigo do disposto no artigo 21.º do Regimento de Funcionamento das Reuniões de Câmara. -----

Depois de cumprimentar os presentes, a **Sr.ª Odete Silva Costa Diogo** expôs o seu descontentamento relativamente à falta de resolução de vários pedidos apresentados anteriormente sobre o mesmo assunto. Alertou para o estado de degradação da via junto à sua habitação sita na Avenida dos Bombeiros Voluntários na cidade do Sabugal, bem como o excesso de trânsito e velocidade dos veículos no local que dificultam o atravessamento da via em segurança. Referiu ainda que o contentor de lixo mais próximo à sua habitação se encontra frequentemente cheio e denunciou o estado de abandono e degradação de um edifício junto à sua habitação, que constitui um foco de insalubridade e fomenta a presença de animais indesejados. Concluiu a sua intervenção questionando os motivos pelos quais não foi ainda colocada uma passadeira ou uma lomba no local à semelhança do que acontece com outras vias da cidade. -----

Em resposta, o **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que a autarquia em 2019, em resposta ao primeiro requerimento apresentado pela munícipe, prestou os devidos esclarecimentos técnicos e enquadramento legal quanto à mesma pretensão. Reiterou que a instalação de soluções para acalmia de tráfego, como lombas ou passadeiras, obedece a critérios e legislação específica e está dependente de autorizações e pareceres externos. Relativamente ao local indicou que este faz parte da Estrada Nacional 233 e que tem jurisdição na IP – Infraestruturas de Portugal. Sublinhou que a instalação de uma lomba numa zona de descida não é viável assim como a criação de uma nova passadeira dado que existem duas passadeiras na proximidade da habitação da munícipe. Adiantou que a Câmara Municipal se encontra a desenvolver um estudo para uma futura intervenção naquela zona, prevendo-se, a possibilidade de deslocalizar uma

✓

das passadeiras existentes para local mais próximo da habitação da munícipe. No que respeita à questão do edifício degradado, o Sr. Presidente da Câmara informou que o proprietário já foi notificado por diversas vezes para proceder à limpeza e ao tamponamento do imóvel, restando, apenas, a possibilidade de efetuar nova notificação e subsistindo o incumprimento, o município terá que desencadear o procedimento necessário para se substituir ao proprietário na execução dos trabalhos necessários, imputando-lhe os custos. Relativamente ao contentor de lixo informou que se tratam de situações pontuais sendo que o mesmo se encontra dentro das normas de distância expectáveis, no entanto a situação será tida em conta aquando da requalificação da via. -----

O Sr. Vereador Paulo Leitão Batista interveio, manifestando a sua preocupação com a duração do processo, que remonta a 2019, salientando que as queixas da munícipe persistem -----

O Sr. Presidente da Câmara voltou a frisar que o processo obteve a devida resposta técnica em 2019 e reforçou que a autarquia não pode agir em desconformidade com a legislação rodoviária, repetindo a questão da inviabilidade técnica de instalação de lombas ou passadeiras em determinados locais. -----

----- ANTES DA ORDEM DO DIA -----

1. JUSTIFICAÇÃO DE AUSÊNCIAS DE MEMBROS DO EXECUTIVO MUNICIPAL -----

A Câmara **deliberou**, por unanimidade, **justificar a falta dada pelo Sr. Vereador Paulo José Nabais da Cruz.** -----

2. EXPEDIENTE -----

Não se verificou expediente. -----

3. INTERVENÇÕES DO EXECUTIVO MUNICIPAL -----

O Sr. **Presidente da Câmara**, Vítor Manuel Dias Proença, em conformidade com o disposto no artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 18.º do Regimento do Funcionamento das



Reuniões de Câmara iniciou os trabalhos procedendo à leitura da atividade relevante da Câmara, cujo teor consta no Anexo 1. -----

O **Sr. Presidente da Câmara** reportou a receção, em tempo útil, de uma proposta submetida pelo Sr. Vereador Francisco Barros, intitulada *“Proposta de reabilitação de imóveis municipais para arrendamento no concelho do Sabugal”*. Referiu que, encontrando-se em fase final de elaboração a Carta Municipal da Habitação e considerando que esta é uma ferramenta imprescindível e fundamental para o diagnóstico da habitação do território e para o acesso a fundos comunitários, seria oportuno a discussão desta proposta aquando da discussão da Carta. Acerca do assunto da escassez de habitação, destacou a referenciação de doze imóveis na zona histórica do Castelo do Sabugal para reabilitação e colocação no mercado de arrendamento acrescentando que cinco deles se encontram em fase de projeto. Esclareceu que o financiamento deste procedimento estava integrado no Plano de Recuperação e Resiliência, que terminará em junho, pelo que, se impôs a necessidade de criação de um mecanismo financeiro alternativo na ITI CIMRBSE, que servirá para financiar os restantes imóveis, com o objetivo de atingir a meta de doze habitações e proceder à sua posterior colocação no mercado de arrendamento. Clarificou ainda que as responsabilidades financeiras e de arrendamento cabem ao IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. Concluiu, informando da existência do regulamento PIRPES com apoios diretos até ao limite de 13.500€ e os benefícios fiscais associados às Áreas de Reabilitação Urbana (ARU) e as novas medidas de incentivo recentemente promulgadas pelo Sr. Presidente da República. Todas estas medidas estarão vertidas na Carta Municipal da Habitação. -----

O **Sr. Vereador Francisco Barros** interveio para clarificar que a sua proposta é complementar e se refere exclusivamente ao património municipal. Defendeu a importância do debate da proposta a curto prazo para que os contributos possam ter impacto e ser incluídos na Carta Municipal. -----

A **Sr.ª Vice-Presidente da Câmara** clarificou o ponto de situação da Carta Municipal de Habitação, referindo que foram solicitadas revisões de conteúdo que não estariam de acordo com o pretendido e que o documento será remetido aos Presidente das Juntas de Freguesia para se pronunciarem quanto às propostas ali vertidas, assegurando que haverá espaço alterações e acréscimo de contributos na discussão do documento em reunião de câmara. -----

O **Sr. Vereador Francisco Barros** reiterou o seu interesse na apreciação do conteúdo da proposta apresentada, solicitando, apenas o adiamento da discussão pelo período de um mês, dado que por motivos de ordem pessoal não poderá estar presente na próxima sessão, o que mereceu concordância do Sr. Presidente da Câmara. -----

O **Sr. Vereador José Barros** questionou sobre o número de edifícios municipais existentes. -----

O **Sr. Vereador Francisco Barros** esclareceu que o objetivo da sua proposta passa exatamente por realizar o levantamento do património municipal e diagnosticar as necessidades de cada imóvel. -----

No uso da palavra, a **Sr.ª Vice-Presidente da Câmara** esclareceu que o município dispõe do levantamento do seu património, esclarecendo que nem todos os edifícios são aptos para utilização como habitação. Referiu que atualmente, existem duas habitações recuperadas e ocupadas e que apesar de não existir habitação social no concelho, estas duas casas foram recuperadas e utilizadas com esse propósito. Uma vez que a maioria dos munícipes possui habitação própria, a estratégia adotada pelo município é a realização de intervenções em casas com condições mínimas de habitabilidade. Manifestou preocupação quanto ao modelo a adotar pelo IHRU para o arrendamento acessível, dado que a plataforma de candidatura é de âmbito nacional, o que poderá prejudicar a seleção dos munícipes do concelho a favor de candidatos de outras regiões do país. Referiu que o parque habitacional do concelho é grande, mas pertence maioritariamente a emigrantes, porém, assiste-se a uma profunda mudança geracional evidente no acréscimo de processos de legalização para posterior venda dos imóveis. Considerou que o setor privado também deve ter um papel fundamental nesta questão em termos estratégicos. A realização de intervenções para colocação de mais habitações no mercado de arrendamento pode ser estimulada através dos incentivos criados pelo Programa de Incentivos à Recuperação do Património Edificado do Sabugal. Relativamente às habitações propriedade do município assume que estas poderão entrar neste pacote se se considerar que serão uma mais-valia para resposta que será dada em termos de parque habitacional. -----

O **Sr. Vereador Francisco Barros** afirmou que a proposta por si apresentada diz respeito, exclusivamente, ao património municipal e não ao património privado que possa ser estimulado a entrar no mercado de

2

habitação. Afirmou que todos os municípios possuem património privativo que não tem de se destinar obrigatoriamente a habitação social e que podem ser criados regulamentos municipais específicos que permitam definir os critérios de acesso a esses imóveis, independentemente de qualquer articulação da autarquia com o IHRU noutros projetos. Clarificou que a ideia passa por realizar um levantamento do património privativo municipal e diagnosticar as necessidades de adaptação, remodelação e investimento, a executar de forma faseada face aos constrangimentos financeiros da Câmara. Concluiu, defendendo a importância de o município dispor de uma bolsa própria de habitações para fixar população, evitando que os munícipes dependam de uma bolsa nacional cujos critérios de seleção do IHRU possam prejudicar a população do concelho. -----

A **Sr.ª Vice-Presidente da Câmara** informou que uma das medidas que se tem vindo a estudar passará por estabelecer parcerias com as Juntas de Freguesia, para a identificação de imóveis que possam ser utilizados e recuperados. Apontou a dificuldade sentida pelas IPSS em fixar trabalhadores pois estes deparam-se com bastantes dificuldades na procura de alojamento nas respetivas freguesias. O objetivo desta medida passaria por conseguir alcançar uma resposta habitacional a estes profissionais através de rendas acessíveis. -----

O **Sr. Vereador Paulo Leitão Batista** tomou a palavra para manifestar que se pronunciará acerca do mérito da proposta aquando da sua discussão em reunião de câmara. -----

O **Sr. Presidente da Câmara** usou da palavra para prestar esclarecimentos fatuais sobre uma obra ilegal em curso na Freguesia de Aldeia da Ponte. Manifestou o seu desagrado quanto ao conteúdo das publicações efetuadas nas redes sociais relacionadas com este assunto que pretendem fazer crer que o município fomenta a realização de obras ilegais e que não faz o seu devido acompanhamento, o que é totalmente falso. Relembrou que se no seguimento do compromisso assumido na reunião anterior, vem agora, prestar as informações pertinentes sobre este assunto. Relativamente aos factos informou que no dia 22 de abril, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia da Ponte comunicou à Câmara Municipal do Sabugal que se encontrava a decorrer a obra em causa, solicitando uma fiscalização para verificação do estado de licenciamento da mesma. A equipa de fiscalização deslocou-se ao local constatando que a obra não possui licenciamento, circunstância que motivou o levantamento do correspondente auto de -----

embargo no dia 4 de maio. Acrescentou, ainda, que a obra em causa possui histórico no Município, dando nota que no ano de 2024 a empresa *Alvorada Silvestre* submeteu um Pedido de Informação Prévia para realização da obra, tendo as entidades externas emitido os pareceres necessários, sendo o parecer da Reserva Ecológica Nacional (REN), da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e da Reserva Agrícola Nacional (RAN) desfavorável e, apenas a Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG) e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) deliberaram favoravelmente a realização da operação urbanística. Em consequência, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) emitiu um parecer global desfavorável, o que determinou a inviabilização do licenciamento nos moldes constantes do pedido inicial da requerente, relevando que, após essa data não existiu qualquer outro desenvolvimento. Concluiu, informando que, o processo seguirá os procedimentos contraordenacionais usuais e subsequente aferição da viabilidade da legalização da obra. -----

O **Sr. Vereador Francisco Barros** interveio para assinalar que recebeu um e-mail, de quem presume ser o dono da obra, questionando-o e solicitando-lhe esclarecimentos sobre a ligação entre o Sr. Presidente da Câmara e a obra, a imparcialidade do Sr. Presidente da Câmara e conflitos de interesses. Esclareceu que, na resposta enviada ao requerente, não se pronunciou sobre as questões colocadas por considerar que as mesmas devem ser colocadas ao Sr. Presidente da Câmara uma vez que a sua intervenção na reunião se limitou a questionar a legalidade da obra. Acrescentou que o e-mail indicava a existência de diferenças entre o que fora discutido na reunião de câmara e a informação que chegou ao munícipe uma vez que nunca confrontou o Presidente da Câmara com qualquer problema pessoal relativamente a esta obra. Defendeu que este tipo de questões seria evitável se existisse a transmissão pública das reuniões de câmara, manifestando o seu descontentamento face à recusa do Sr. Presidente da Câmara em adotar esta medida. Relativamente às redes sociais afirmou que as suas publicações apenas se limitam à transmissão de factos sob a sua perspetiva e não de insinuações. -----

O **Sr. Vereador José Barros** manifestou preocupação acerca da disponibilidade dos serviços de atendimento do BUPI no concelho, alertando para o facto de os agendamentos estarem a ser marcados para o mês de setembro o que impossibilita a obtenção de vagas até essa data, ou seja, enquanto os serviços ainda são assegurados gratuitamente. Relembrou que, no início do corrente ano, foi equacionada a possibilidade de disponibilização de mais funcionários com formação, considerando que este seria o

R

momento oportuno para tal, sob pena de os munícipes não conseguirem submeter os seus registos dentro do prazo previsto. Referiu que existe um contrassenso entre as campanhas de sensibilização realizadas e a capacidade de atendimento existente. Questionou o ponto de situação sobre a reabertura do balcão na localidade do Soito e reportou situações em que munícipes, tendo reservado dois dias para os seus procedimentos, concluíram o processo em apenas um dia, verificando-se a ausência de agendamentos para preencher no dia seguinte. Ressalvou que a sua intervenção visa apenas alertar para a necessidade de uma melhor agilização do serviço não se tratando de qualquer crítica ao serviço prestado pelos funcionários. Concluiu, reiterando, a importância de se apostar no incentivo às Fábricas da Igreja e às Juntas de Freguesia para que promovam pela georreferenciação dos seus prédios aproveitando o incentivo da gratuidade do registo. -----

Em resposta, a **Sr.ª Vice-Presidente da Câmara** esclareceu que, durante o primeiro ano de funcionamento do BUPi, o Município desenvolveu um enorme esforço de sensibilização, com deslocação de equipas às freguesias para esse efeito, tendo-se registado uma reduzida aderência. Sublinhou que a atual sobrecarga dos serviços se verifica devido à procura tardia por parte de cidadãos que desvalorizaram o registo na devida altura e que agora demonstram urgência face à proximidade do término do período de gratuidade. Relativamente à gestão dos agendamentos, explicou que o tempo necessário para efetivação do registo de processos é bastante variável. Nos casos em que o processo é mais rápido do que o esperado os técnicos contactam outros munícipes para preenchimento dos períodos vagos. Salientou que, por outro lado, se verificam situações em que o atendimento programado para uma manhã se prolonga por todo o dia, ante a dificuldade dos requerentes em efetuar a identificação da localização geográfica dos seus prédios. -----

O **Sr. Vereador José Barros** interveio para referir que dificilmente os munícipes efetuarão a regularização dos seus terrenos, depois do término do período de registo gratuito, prejudicando o objetivo da georreferenciação total do concelho. Argumentou que a mentalização para a real necessidade de realizar os registos no BUPi apenas se fez sentir recentemente, reforçando a ideia de que o reforço do número de técnicos produziria um aumento do número de registo face à procura atual registada. -----

Em resposta, a **Sr.ª Vice-Presidente da Câmara** evidenciou a complexidade técnica para trabalhar no BUPi, pois é exigida formação específica e experiência profissional. Adiantou que a autarquia desenvolverá esforços para mobilizar mais técnicos com a formação, ressaltando, no entanto que, os demais meios humanos existentes se encontram afetos a outras atividades municipais. Por fim, recordou que o processo de registo irá gerar um enorme volume de processos de sobreposição de matrizes, cuja mediação, se antevê que venha a ocupar muito tempo aos técnicos do município com formação específica na área. ---

O **Sr. Vereador José Barros** usou da palavra para alertar para o facto de, à data de 15 de maio, ainda não terem sido realizados os trabalhos de abate de árvores e limpeza de vias. Relembrou que o aumento das temperaturas irá, a curto prazo, impedir a intervenção de maquinaria pesada no terreno. Manifestou a sua preocupação quanto à identificação dos limites entre freguesias, e sugeriu a utilização dos dados do BUPi para solucionar o problema. Defendeu, se necessário, a contratação de assessoria jurídica especializada e a articulação e sensibilização das juntas de freguesias e respetivas assembleias para alcançar a melhor solução para a situação da delimitação das freguesias. -----

Reportou haver recebido feedbacks quanto ao parco funcionamento do Gabinete Florestal da Câmara Municipal, questionando se tal se deve à falta de recursos humanos. Recordou a urgência da realização de ações de sensibilização contra a proliferação das espécies infestantes, nomeadamente acácias, cuja reprodução se tem intensificado de forma preocupante na zona da raia sabugalense. -----

Solicitou que, face à realização de uma prova de ciclismo com saída agendada a partir do Sabugal, se proceda com brevidade à reparação dos buracos existentes nas vias de passagem da prova. -----

O **Sr. Vereador Paulo Leitão Batista** lembrou o histórico dos protocolos celebrados para a requalificação da Estrada Nacional 233 no troço Sabugal-Guarda, referindo o primeiro em 2021 e o segundo em 2025, verificando-se um aumento substancial da verba financeira prevista. Sublinhou que compete ao município a apresentação do projeto de execução, sem o qual a empreitada não poderá avançar. Questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre o ponto de situação da elaboração de tal projeto de execução, sendo que, caso não esteja finalizado, qual o prazo previsível para a respetiva conclusão. -
Acerca da instalação da fibra ótica nas freguesias considerou que é uma necessidade absoluta e vital para o desenvolvimento do concelho. Lembrou que há cerca de meio ano o governo anunciou um concurso para instalação de fibra ótica em todas as aldeias lembrando que este tipos de projetos podem ser

financiados através de fundos europeus. Defendeu a implementação urgente de uma rede multioperador que confira aos munícipes a liberdade de escolha do prestador de serviços e garanta a igualdade de acesso aos habitantes em territórios de baixa densidade. Frisou a importância e impacto direto desta medida na fixação de populações, uma vez que permite a realização de teletrabalho e ensino à distância e abre portas ao investimento empresarial. Terminou a sua intervenção com um pedido de esclarecimento sobre as diligências em curso por parte do município para que este objetivo seja cumprido. -----

O **Sr. Vereador Francisco Barros** reforçou a necessidade de alertar as populações para as consequências legais da não georreferenciação dos prédios rústicos, alertando que o património não identificado e não registado corre o risco de ser avocado pelo Estado. Solicitou ainda ao executivo um ponto de situação relativamente ao concurso de recrutamento de pessoal para o BUPi, nomeadamente se o mesmo já se encontrava concluído e quais os seus resultados. -----

Transmitiu a preocupação de vários munícipes perante a notícia de encerramento de uma das duas papelarias existentes no Sabugal. Alertou para o risco da excessiva afluência à única papelaria em funcionamento, na capacidade de distribuição dos livros de fichas e causar constrangimentos às famílias. Anunciou que submeterá formalmente, um requerimento a solicitar a disponibilização de todas as importâncias aprovadas e transferidas pela Câmara Municipal para a empresa *Bi-Silque*, no Soito, referente ao período do mandato de 2021-2025 e ao mandato atual até à presente data, assim como a cópia de todos os documentos de suporte para a atribuição dessas verbas (anexo 2). -----

O **Sr. Presidente da Câmara** usou da palavra para responder às questões formuladas pelo Sr. Vereador José Barros, informando que, após questionar o Sr. Presidente da CCDR quanto ao funcionamento futuro dos serviços do BUPi, lhe foi transmitido que o atual modelo do projeto não tem viabilidade financeira a longo prazo e por esse motivo não estão previstas mais verbas para assegurar os moldes de funcionamento atuais. Sublinhou que, na presente data, o Município do Sabugal faz parte integrante de um grupo de apenas três municípios que continuam a realizar o registo BUPi, tendo os restantes municípios já interrompido o serviço. Destacou que autarquia desenvolveu um esforço notável de sensibilização junto da população e dos Presidentes de Junta. Esclareceu que, por obrigatoriedade legal de uma Portaria recentemente publicada, o serviço passará a ser pago não sendo legalmente admissível, a concessão de isenções aos munícipes do pagamento desta taxa. Justificou os constrangimentos nos agendamentos com

a elevada complexidade técnica dos processos de reconciliação referindo que nos conflitos de confrontações tem sido merítimo o trabalho das técnicas para alcançar um entendimento entre as partes. Quer o registo quer a mediação tem sido assegurado em exclusividade por duas técnicas com formação na área. Anunciou que o Soito terá novamente um balcão do BUpi integrado no Espaço Cidadão, da responsabilidade da Junta de Freguesia. Mais referiu que, o município irá disponibilizar um dos seus funcionários, a afetar ao Espaço do Cidadão e que, o mesmo já se encontra habilitado com a formação necessária para iniciar o atendimento assim que estejam reunidas as condições de abertura do espaço. -

O **Sr. Vereador Paulo Leitão Batista** complementou a informação, alertando para a publicação do Decreto-Lei n.º 87/2026, de 15 de abril, que prorroga a gratuitidade do registo até 30 de setembro e determina a obrigatoriedade de apresentação do registo cadastral no BUpi para a instrução de qualquer pedido de subsídio para terrenos o que poderá causar um grande impacto. -----

Retomando a palavra, o **Sr. Presidente da Câmara** garantiu que o município continuará a colaborar ativamente na disponibilização do serviço BUpi, encontrando-se atualmente três técnicos em funções e habilitados para o efeito. Concluiu, indicando que, apesar de o concelho apresentar uma taxa de registos inferior a 50% do território, com cerca de 50.0000 matrizes tratadas num total de 120.000, o objetivo tanto a nível local como no âmbito da CIMRBSE tem sido cumprido, ainda que continue a existir muito trabalho a concretizar. -----

Sobre a questão da limpeza das vias, o **Sr. Presidente da Câmara** antevê bastantes dificuldades. Relembrou a enorme escassez de mão de obra para realização dos trabalhos de limpeza, devido à concentração das empresas do setor na região de Leiria que privilegiam neste momento as intervenções nesta área geográfica de modo a atenuar, tanto quanto possível, os elevados danos causados pela tempestade que poderão representar um perigo sério de incêndio pela dispersão e acumulação de material lenhoso nos locais afetados. Recordou ainda que a competência para a limpeza de algumas vias se encontra delegada nas Juntas de Freguesia. Destacou ainda a intervenção neste âmbito focada na limpeza de matos, abertura de caminhos e desobstrução de linhas de água e anunciou o reforço da verba financeira para assegurar a continuidade dos trabalhos. -----

Quanto ao limite das freguesias, o **Sr. Presidente da Câmara** concorda que se trata de uma situação de complexa resolução, atribuindo o erro original à cartografia elaborada no ano 2000 sem o conhecimento

ou consulta das câmaras municipais. Refere que existem discrepâncias existindo, inclusive, situações em que o património localizado numa determinada freguesia está inscrito na freguesia contígua. Assumiu o compromisso de expor o assunto junto do Sr. Secretário de Estado do Ordenamento do Território de forma a identificar eventuais mecanismos que possam contribuir para a minimização do problema. -----

A **Sr.ª Vice-Presidente da Câmara** esclarecendo o referido sobre o Gabinete Florestal informou que a equipa é composta por uma técnica superior e uma assistente técnica e que existem outros funcionários com formação na área que colaboram ativamente com o Gabinete, não obstante, atenta a extensão do território que integra o concelho, poderá ter de se equacionar o reforço de recursos humanos especializados no referido Gabinete. Reconheceu que poderão ter ocorrido eventuais atrasos na resposta efetiva ao problema das plantas infestantes face à crescente e excessiva carga de trabalho verificada e decorrente dos incêndios do último verão e, da necessidade de acompanhamento permanente das candidaturas levadas a efeito. Relativamente à proliferação de espécies infestantes, assumiu que é uma preocupação a ter em conta e alertou para introdução ilegal e inadvertida de espécies vindas do estrangeiro para fins ornamentais, garantindo que o município desempenhará as funções que lhe estão atribuídas nessa matéria. -----

Relativamente à prova de ciclismo, o **Sr. Presidente da Câmara** referiu que, apesar do desgaste e dos danos provocados pelos recentes temporais, a rede viária encontra-se perfeitamente acessível, não se prevendo qualquer constrangimento. -----

No que respeita à questão da requalificação da EN 233 no troço Sabugal-Guarda, o Sr. Presidente da Câmara lembrou que no âmbito dos protocolos anteriores foram atribuídas verbas que se viriam a revelar insuficientes, pois apenas previam intervenções meramente superficiais. Referiu que o protocolo de 2021, inicialmente orçamentado em 5.000.000,00€, mantinha o carácter de intervenção superficial, o que motivou uma reivindicação conjunta com o Município da Guarda para uma intervenção profunda, dada a importância da via, resultando num aumento significativo do orçamento vertido no protocolo final. Acrescentou que o Município foi alertado pela Infraestruturas de Portugal para a necessidade de realização de um novo projeto por forma a incluir intervenções mais profundas e a padronização da largura da plataforma, alargamento de pontes e tratamento de zonas urbanas para obedecer às normas rodoviárias, sendo que, todas estas alterações implicaram a revisão total do projeto inicial. Terminou a sua intervenção

informando que os estudos de tráfego e as auditorias de segurança já se encontram concluídos, prevendo-se para o final do mês a apresentação do estudo prévio para validação pela Infraestruturas de Portugal. -

Acerca da expansão da rede de fibra ótica, a **Sr.ª Vice-Presidente da Câmara** esclareceu que o projeto inicial arrancará na proximidade da sede do concelho através da instalação de uma antena de distribuição que permitirá acesso aos dados. Informou que, em discussão com o consórcio, se articulou que a contrapartida que teria maior interesse para o concelho seria semelhante à adotada pela Santa Casa da Misericórdia do Sabugal, consubstanciando-se na entrega de equipamentos de monitorização, como seja, a entrega de relógios anti queda a idosos em situação de isolamento. Quanto à rede multioperador, esclareceu que, de acordo com as regras do caderno de encargos fixadas pelo Governo, a operadora que executa o investimento detém a exclusividade do serviço por um período inicial de três a cinco anos, abrindo-se a oportunidade às restantes operadoras apenas após esse período. Concluiu referindo que a fibra ótica será instalada em locais onde seja viavelmente possível, sendo os restantes pontos cobertos por tecnologia GSM a qual, apesar de registar velocidades inferiores às da fibra, poderá resolver as necessidades básicas da população. -----

Sobre esta matéria, o **Sr. Vereador Amadeu** tomou a palavra para lembrar o investimento municipal de cerca de trezentos mil euros efetuado com a operadora MEO para assegurar a ligação de fibra ótica a todas as sedes de freguesia e respetivos espaços de co-working, sendo que a operadora assegurou a possibilidade de empresas de cada freguesia requererem o acesso à fibra ótica empresarial. Terminou manifestando a expectativa de que este investimento seja considerado um incentivo à expansão da rede à população em geral. -----

O **Sr. Vereador Paulo Leitão Batista** lembrou o carácter vital deste investimento para o desenvolvimento do concelho, sugerindo que uma atuação conjunta de vários municípios facilitaria as negociações junto dos operadores. Sublinhou que a ausência de internet de alta velocidade constitui um constrangimento à fixação de cidadãos em teletrabalho e ao desempenho de funções técnicas complexas. -----

Relativamente à questão colocada pelo Sr. Vereador Francisco Barros acerca do concurso de técnicos para o BUpi, o **Sr. Presidente da Câmara** confirmou que o concurso de se encontra concluído, tendo os funcionários já assinado os respetivos contratos de trabalho e iniciado funções. -----

Por fim, a **Sr.ª Vice-Presidente da Câmara** respondeu à preocupação com a distribuição das fichas escolares, lamentando o encerramento de umas das papelarias. Relembrou que o município assegura a gratuidade dos livros de fichas, cabendo aos encarregados de educação a sua encomenda e levantamento no comércio local, sendo a faturação liquidada pela autarquia. Concluiu assegurando que, caso se verifiquem constrangimentos na capacidade de distribuição, o executivo empenhar-se-á para implementar as medidas necessárias para garantir que nenhum aluno inicie o ano letivo sem o devido material escolar. -----

Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Câmara** passou ao ponto seguinte. -----

4. RATIFICAÇÃO DE DESPACHOS EXARADOS AO ABRIGO DO N.º 3 DO ARTIGO 35.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO -----

• A **Câmara deliberou**, por unanimidade, **ratificar o despacho exarado pelo Sr. Presidente da Câmara**, no dia 10-05-2026, sobre a informação registada sob o n.º 6959, datada de 07-05-2026, referente à **correção da repartição de encargos plurianuais da obra 'Regeneração da Rua Dr. Francisco Maria Manso e Espaços Contíguos no Sabugal'**, onde consta "*Face à informação:* -----

1. *Aprovo a correção da repartição de encargos plurianuais da empreitada;* -----
2. *Autorizo a assunção dos encargos nos anos económicos de 2026 e 2027, de acordo com o plano financeiro atualizado;* -----
3. *O prosseguimento dos trâmites necessários à celebração do contrato com a entidade adjudicatária. À R. Câmara para ratificar.*" -----

Mais foi deliberado, por unanimidade, remeter a correção da repartição de encargos à Assembleia Municipal para ratificação. -----

• A **Câmara deliberou**, por unanimidade, **ratificar o despacho exarado pelo Sr. Presidente da Câmara**, no dia 12-05-2026, sobre a informação registada sob o n.º 5173, datada de 08-05-2026, referente

ao pedido de parecer sobre utilização de vias públicas, onde consta "Autorizo despesa. À Câmara para ratificar despacho." -----

- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho exarado pelo Sr. Presidente da Câmara, no dia 12-05-2026, sobre a informação registada sob o n.º 7157, datada de 11-05-2026, referente ao auto de receção provisória da obra 'Beneficiação da E.M.: 542 Sortelha-Sabugal, onde consta "Autorizo recessão provisória da Obra, nos termos da informação. À R. Câmara para ratificar despacho."-

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **DIVISÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E DE RECURSOS HUMANOS** -----

1.1 ATA DA REUNIÃO DE CÂMARA ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 29-04-2026 -----

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da Reunião de Câmara ordinária realizada no dia 29-04-2026. -----

1.2 PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DO BRASÃO PARA FINS COMERCIAIS -----

Face à informação registada sob o n.º 6188, datada de 21-04-2026, referente ao pedido de autorização da utilização do Brasão para fins comerciais, a Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a empresa Wizen-Business Management, Lda. a utilizar o Brasão nos seus produtos de merchandising na Rota do Contrabando, após apresentação das maquetes no Município do Sabugal e aceitação das mesmas, nos termos e com os fundamentos constantes da informação: -----

GESTÃO E VALORIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS -----

1.3 ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RESERVA DE RECRUTAMENTO NA CARREIRA/CATEGORIA ASSISTENTE OPERACIONAL – ESCOLAS DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR, BÁSICO E SECUNDÁRIO POR TEMPO INDETERMINADO -----

Face à informação registada sob o n.º 6523, datada de 29-04-2026, referente à abertura de procedimento concursal para futura ocupação de 2 postos de trabalhos para reserva de recrutamento para

Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado para a carreira/categoria de Assistente Operacional – Escolas do Ensino Pré-Escolar, Básico e Secundário, a Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a abertura de procedimento concursal a todos os trabalhadores com e sem vínculo de emprego público, nos termos e com os fundamentos constantes da informação. -----

O **Sr. Presidente da Câmara** usou da palavra para apresentar os dois procedimentos concursais destinados à área da educação. Esclareceu que um deles visa o preenchimento de dois postos de trabalho em falta para assegurar o rácio exigido pelo Ministério da Educação, motivado pelas saídas verificadas por motivos de aposentação. Acrescentou que o segundo concurso se destina à criação de uma bolsa de recrutamento para solucionar a situação recorrente de baixas médicas prolongadas. Esclareceu que, por impossibilidade legal de preenchimento definitivo desses postos de trabalho, a bolsa permitirá recrutar trabalhadores temporários para substituir os impossibilitados até que regressem ao serviço. -----

A **Sr.ª Vice-Presidente da Câmara** complementou a informação, sublinhando que a maior complexidade na gestão do Agrupamento de Escolas não se encontra nos postos com vínculo por tempo indeterminado, mas sim na gestão das ausências por doença prolongada. Assinalou que o Agrupamento chega a registar dez funcionários com baixas médicas em simultâneo, o que dificulta seriamente a gestão dos serviços. Esclareceu que a bolsa de reserva funcionará por um período de dezoito meses e que os candidatos serão previamente informados do carácter temporário do vínculo. Justificou a urgência deste mecanismo pelo facto de existirem baixas médicas que se estendem por anos, cujos lugares fazem falta no quotidiano escolar e não podem ser preenchidos por concursos com vínculos definitivos. -----

Questionada pelo **Sr. Vereador Paulo Leitão Batista** sobre o número de trabalhadores previstos para essa bolsa e a possibilidade de um substituto permanecer em funções por um período prolongado, a **Sr.ª Vice-Presidente da Câmara** clarificou que o mapa de pessoal prevê dez trabalhadores neste regime. Confirmou a possibilidade de permanência prolongada, lembrando que, aquando da transferência de competências das escolas para o município, já existiam trabalhadores em regime de contrato de substituição, um dos quais há cerca de quatro anos. -----

2

1.4 ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA RESERVA DE RECRUTAMENTO NA CARREIRA/CATEGORIA ASSISTENTE OPERACIONAL- ESCOLAS DO ENSINO PRÉ-ESCOLAR, BÁSICO E SECUNDÁRIO, POR TEMPO RESOLUTIVO INCERTO -----

Face à informação registada sob o n.º 6601, datada de 30-04-2026, referente à **abertura de procedimento concursal para futura ocupação de postos de trabalhos para reserva de recrutamento para Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Resolutivo Incerto (para substituição de trabalhadores) para a carreira/categoria de Assistente Operacional – Escolas do Ensino Pré-Escolar, Básico e Secundário**, a Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a **abertura de procedimento concursal a todos os trabalhadores com e sem vínculo de emprego público**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação. -----

||

DIVISÃO FINANCEIRA -----

2.1 RECONCILIAÇÃO BANCÁRIA -----

A Câmara tomou conhecimento da **Reconciliação Bancária** referente ao mês de março de 2026. ----

2.2 PEDIDO DE COLABORAÇÃO NO ÂMBITO DAS FÉRIAS EM AÇÃO 2026 – CLDS5G -----

Face à informação registada sob o n.º 6735, datada de 04-05-2026, referente ao **pedido de colaboração no âmbito das Férias em Ação 2026 – CLDS5G, para frequência da piscina lúdica das Termas do Cró**, a Câmara deliberou, por unanimidade, **deferir o pedido de isenção das entradas na piscina lúdica do Cró**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação. -----

CONTRATAÇÃO PÚBLICA -----

2.3 INFORMAÇÃO FINAL – ‘OBRA DE REGENERAÇÃO DA RUA DR. FRANCISCO MARIA MANSO E ESPAÇOS CONTÍGUOS’ -----

Face à informação registada sob o n.º 7028, datada de 07-05-2026, referente à **obra Regeneração da Rua Dr. Francisco Maria Manso e Espaços Contíguos no Sabugal**, a Câmara deliberou, por unanimidade, nos termos e com os fundamentos constantes da informação, aprovar: -----

- a) Relatório final (184.º/4 do CPP, na sua atual redação); -----
- b) Decisão de adjudicação (76.º do CCP, na sua atual redação); -----
- c) Nomeação do Diretor de Fiscalização – Pedro Pires e Coordenador de Segurança de Obra – Rafael Mendes. -----
- d) Redução do contrato a escrito (95.º do CCP, na sua atual redação); -----
- e) Aprovação da minuta do contrato (98.º/1 do CCP, na sua atual redação). -----

----- III -----

----- **DIVISÃO DE PLANEAMENTO, URBANISMO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO** -----

3.1 DESPACHOS RELATIVOS À DIVISÃO DE PLANEAMENTO, URBANISMO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO ---

A Câmara tomou conhecimento dos despachos exarados pelo Sr. ° Presidente da Câmara no uso da competência a que refere o n.º 1 do art.º 34.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, relativos à Divisão de Planeamento, Urbanismo e Ordenamento do Território, no período de **29-04-2026 a 13-05-2026**. ---

NOME	Local da Obra	Data do despacho	Natureza da obra
António José Dias Luis	Rua da Feteira – Aldeia do Bispo	30.04.2026	Defiro o projeto de arquitetura de obras de construção de edifício destinado a arrumos / garagem, nas condições da informação da DPUOT.
Manuel Cameira Sapinho	Rua do Lagar, n.º 4 - Moita	30.04.2026	Defiro o licenciamento de obras de alteração e ampliação de edifício destinado a habitação (1 fogo) legalização, nas condições da informação da DPUOT.
Manuel Cameira Esteves	Rua do Cabo das Quelhas, n.º 21 - Casteleiro	05.05.2026	Defiro o projeto de arquitetura de obras de alteração e ampliação – legalização de edifício destinado a habitação, nas condições da informação da DPUOT.
Tiago Miguel Martins Antunes	Rua do Chão Pacheiro, n.º 1 - Rendo	11.05.2026	Defiro o projeto de arquitetura de obras de alteração e ampliação de habitação (1 fogo), nas condições da informação da DPUOT.
SPEEDYTRENDS Unipessoal, Lda	Rua da Pereira, n.º 3 - Monte Novo / Pousafoles do Bispo	11.05.2026	Defiro o licenciamento de obras de alteração e ampliação de um edifício destinado a habitação 1 (fogo) reposição da legalidade urbanística com obra, nas condições da informação da DPUOT.

----- IV -----

----- DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS -----

4.1 AMPLIAÇÃO DE REDE DE ILUMINAÇÃO – RUA DOS PRADOS, SOITO -----

Face à informação registada sob o n.º 6636, datada de 30-04-2026, referente à **ampliação de rede de iluminação pública (IP) na Rua dos Prados, Soito**, a Câmara **deliberou**, por unanimidade, **autorizar a ampliação de rede, no valor de 537,50€ + IVA**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação. -----

QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL -----

4.2 ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA CONTRATAÇÃO DE 2 FUNCIONÁRIO PARA JARDINS E ESPAÇOS VERDES -----

Face à informação registada sob o n.º 6887, datada de 06-05-2026, referente à **contratação de 2 funcionários para o sector de Gestão da Estrutura Verde (Jardins e Espaços Verdes)**, foi **deliberado**, por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador Francisco Barros (com apresentação de declaração de voto – anexo 3), **autorizar a abertura do procedimento concursal em causa**, de acordo com os fundamentos constantes da referida informação. -----

Relativamente a este ponto, o **Sr. Presidente da Câmara justificou** que o setor conta atualmente com treze funcionários, encontrando-se, contudo, em défice mercê da aposentação a breve prazo de alguns funcionários, da existência de outros em situação de baixa prolongada e de um a beneficiar de licença sem vencimento. Destacou a necessidade urgente de reforçar a equipa numa época do ano de elevada exigência de manutenção. -----

O **Sr. Vereador Paulo Leitão Batista questionou** a veracidade de rumores que circulam sobre uma alegada intenção da Câmara Municipal e da União de Freguesias em transferir a responsabilidade da gestão dos jardins para a Junta de Freguesia. -----

Em resposta, o **Sr. Presidente da Câmara** confirmou a existência dessa intenção, assinalando que se trata de uma matéria em discussão ainda sem qualquer estudo ou quantificação de valores. Assinalou que o modelo de gestão através de contratos inter-administrativo para a limpeza urbana e espaços verdes apresenta resultados positivos em alguns locais. Explicou que uma eventual delegação de competências nesta área envolveria a transferência de recursos financeiros e humanos, sempre mediante o consentimento dos trabalhadores. Concluiu afirmando que, embora as juntas de freguesia demonstrem frequentemente maior celeridade e eficiência nas ações de proximidade, esta medida não é neste momento uma prioridade do executivo. -----

O **Sr. Vereador Francisco Barros** anunciou o seu voto contra a proposta apresentada. Fundamentou a sua decisão com as elevadas despesas correntes do município. Considerou que, perante um cenário de déficit de funcionários, não é compreensível a autorização de licenças sem vencimento. Defendeu que a sua tomada de posição assume apenas um carácter político e de gestão financeira, sem qualquer ataque pessoal e terminou a sua intervenção comunicando a entrega de uma declaração de voto sobre o ponto (anexo 3). -----

----- V -----

----- **DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA** -----

SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E AÇÃO SOCIAL -----

5.1 PEDIDO DE TRANSPORTE PARA REALIZAÇÃO DE VISITA DE ESTUDO – ESCOLA BÁSICA DO SOITO -----

Face à informação registada sob o n.º 6231, de 22-04-2026, referente ao **pedido de transporte para realização de visita de estudo à Quinta Pedagógica do Fundão e às Casas dos Ofícios no Souto da Casa (alunos da Escola Básica do 1.º Ciclo do Soito)**, requerido pelo Agrupamento de Escolas do Sabugal, no âmbito do Plano Intermunicipal de Promoção do Sucesso Educativo, foi **deliberado**, por unanimidade, **deferir o pedido**, de acordo com os fundamentos constantes da referida informação. -----

5.2 ATRIBUIÇÃO DE CARTÕES SOCIAIS MUNICIPAIS -----

Face à informação registada sob o n.º 6309, de 23-04-2026, referente à **Análise de Candidaturas para atribuição do Cartão Social**, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 16º conjugado com as alíneas a) e b) do n.º 3 do artigo 17.º do Regulamento de Apoios Sociais do Município do Sabugal, foi **deliberado**, por unanimidade, **autorizar a emissão de cartões sociais, assim como o acesso ao conjunto de benefícios inerentes ao mesmo, para os requerentes com processo deferido**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação. -----

5.3 ATRIBUIÇÃO DE CARTÕES – PROGRAMA ABEM: REDE SOLIDÁRIA DO MEDICAMENTO -----

Face à informação registada sob o n.º 6313, datada de 23-04-2026, referente à **Atribuição de Cartões – Programa abem: Rede Solidária do Medicamento**, foi **deliberado**, por unanimidade, **deferir os pedidos de atribuição de cartões propostos**, garantindo a continuidade do acesso aos medicamentos que lhes sejam prescritos por receita médica e comparticipados pelo SNS, de acordo com os fundamentos constantes da referida informação. -----

5.4 FUNDO DE MANEIO DA AÇÃO SOCIAL -----

A Câmara tomou conhecimento da informação registada sob o n.º 6621, datada de 30-04-2026, referente ao **fundo de maneo Ação Social (SAAS)**, referente ao mês de abril. -----

SERVIÇO DE CULTURA, TURISMO E ASSOCIATIVISMO -----

5.5 PEDIDO DE APOIO PARA REALIZAÇÃO DO CONGRESSO PALI-ATIVOS'26 -----

Face à informação registada sob o n.º 5703, datada de 09-04-2026, referente ao **pedido de apoio para realização do congresso Pali-Ativos'26**, requerido pela AP – Associação Paliar, a Câmara **deliberou**, por unanimidade, **atribuir um apoio no valor de 3.500,00€**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação. -----

5.6 PEDIDO DE APOIO FINANCEIRO PARA REALIZAÇÃO DO TRIATLO JOVEM SABUGAL -----

Face à informação registada sob o n.º 6347, datada de 24-04-2026, referente ao **pedido de apoio financeiro para realização do Triatlo Jovem Sabugal**, requerido pela Federação de Triatlo de Portugal, a Câmara **deliberou**, por unanimidade, **autorizar a celebração do protocolo com a Federação de Triatlo de Portugal, no valor de 10.000,00€**, nos termos e com os fundamentos constantes da

informação. Foi ainda deliberado, **por unanimidade, designar como gestor do contrato o trabalhador Marco Capela**, nos termos e com os fundamentos constantes da informação -----

O contrato programa deverá ser outorgado pelo Sr. ° Presidente da Câmara ou, na sua falta ou impedimento, pela Sr.ª Vice-Presidente da Câmara, Sílvia Gonçalves Nabais. -----

5.7 FIXAÇÃO DE PREÇOS DE VENDA AO PÚBLICO LIVRO 'ENTRE RIOS E SERRAS – NA ROTA DAS AVES DO ALTO CÔA' -----

Face à informação registada sob o n.º 6357, datada de 24-04-2026, referente à **fixação de preço de venda ao público do livro 'Entre Rios e Serras – Na Rota das Aves do Alto Côa'**, a Câmara deliberou, por unanimidade, nos termos e com os fundamentos constantes da informação: -----

- i Aprovar a fixação do preço de venda ao público do livro "Entre Rios e Serras – Na Rota das Aves do Alto Côa" no valor de 15,00 € (quinze euros) por exemplar. -----
- ii Determinar que o referido preço seja inscrito na Tabela de Tarifas e Preços do Município do Sabugal, vigorando a partir da data da presente deliberação. -----

----- **VI** -----

----- **SERVIÇO DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO** -----

Não existem assuntos agendados neste ponto. -----

----- **VII** -----

----- **PRESIDÊNCIA** -----

Não existem assuntos agendados neste ponto. -----

---- Sendo doze horas e quinze minutos e não havendo mais assuntos a tratar, o Sr. **Presidente da Câmara** declarou encerrada a reunião da qual, para constar e para os devidos e legais efeitos, se lavrou a presente ata a qual, depois de lida e aprovada, foi assinada por mim, _____ Gabriela Roque, Assistente Técnica, que a lavrei, e

pelo Sr. **Presidente da Câmara**, conforme disposto no n.º 1 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA



- Vítor Manuel Dias Proença -

CÂMARA MUNICIPAL DO SABUGAL

ATA N.º 10/2026

REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 13 DE MAIO DE 2026

Anexo 1
Atividade Municipal

Atividade institucional entre 29 de abril e 13 de maio de 2026

- Dia 30** – Reunião na SIMRBSE com o Ministro da Educação sobre o panorama educativo na região – Presidente e Vice-Presidente;
- Dia 30** – Assembleia Municipal;
- Dia 1** – Estágio de Canoagem da Seleção Regional de Cadetes, promovida pela Associação de Canoagem do Centro – Vereador Amadeu;
- Dia 4** – Reunião ITI – CIMRBSE – Presidente e Vereador Amadeu;
- Dia 5** – Apresentação da Prova Internacional de Ciclismo VIII Grande Prémio Beiras e Serra da Estrela, da Associação de Municípios da Cova da Beira ENERAREA – Agência Regional de Energia e Ambiente do Interior – Presidente;
- Dia 5** – RoadShow da DECO no Sabugal – Largo da Fonte – Vice-Presidente
- Dia 6** – Reunião da Comissão de Cogestão da Reserva Natural da Serra da Malcata em Penamacor – Vereador Amadeu;
- Dia 6** – Reunião e Sorteio das Equipas do 22º Torneio de Futsal Inter-Freguesias 2026 – Vereador Amadeu;
- Dia 7** – Audiência da Ministra do Ambiente e Energia a vários Municípios, subjacente ao tema ADVT - Águas do Vale do Tejo – Ministério do Ambiente – Vice-Presidente;
- Dia 11** – Atividade no âmbito do mês do coração “Divertir e estimular” (UCC Sabugal), na Biblioteca Municipal – Vice-Presidente;
- Dia 12** – Sessão de Abertura da Portugal Smart Cities Summit, com a “Conferência das Autarquias, Empresas e Cidadãos” – Vice-Presidente;

Anexo 2

Requerimento apresentada pelo Sr. Vereador Francisco Barros

Câmara Municipal do Sabugal

Vereador do Partido CHEGA

Francisco Morais de Barros

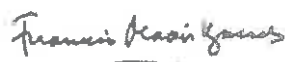
REQUERIMENTO

Nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na versão actualizada, designadamente o artigo 42º, 7) - Apoio aos Membros da Câmara Municipal e artigo 35º, alínea u) – Promoção do Estatuto da Oposição, e artigo 13º, nº1, alíneas a) e b) e do nº4 do artigo 20º todos do Regimento de Funcionamento das Reuniões de Câmara (RFRC), Francisco Morais de Barros, Vereador do Partido CHEGA, vem, nos termos do nº2 do artigo 20º do referido RFRC, requerer:

- Disponibilização de informação sobre todas as importâncias que, a qualquer título, a Câmara Municipal do Sabugal tenha aprovado e transferido para a empresa Bi_Silque, do Soito, no mandato de 2021-2025 e desde o início do actual mandato até à presente data, assim como cópia de todos os documentos de suporte para aquelas verbas.

Sabugal, 13 de Maio de 2026

O Vereador



(Francisco Morais de Barros)

Anexo 3

Declaração de voto apresentada pelo Sr. Vereador Francisco Barros

CÂMARA MUNICIPAL DO SABUGAL

VEREADOR DO PARTIDO CHEGA

REUNIÃO DE CÂMARA DE 13 DE MAIO DE 2026

DECLARAÇÃO DE VOTO

Relativa ao ponto 4.2._Contratação de funcionários para o setor de Gestão da Estrutura Verde

O Vereador do Partido Chega na Câmara Municipal do Sabugal, Francisco Morais de Barros, apresenta declaração de voto referente ao ponto 4.2._Contratação de funcionários para o setor de Gestão da Estrutura Verde da reunião de Câmara de 13 de Maio de 2026 com os seguintes fundamentos:

- A Câmara do Sabugal está com as despesas correntes próximas de 80% do orçamento;
- Apesar deste contexto económico-financeiro de forte constrangimento municipal, o Presidente da Câmara insiste – como aliás anunciou quer em anteriores reuniões de Câmara, quer na última reunião da Assembleia Municipal – em aumentar as despesas correntes, nomeadamente através da continua contratação de pessoal para o quadro da Câmara;
- O Presidente da Câmara sustentou a necessidade de contratar mais 2 funcionários para o Setor de Gestão da Estrutura Verde (Jardins e Espaços Verdes) com o facto de os “existentes não serem suficientes para prestar os serviços inerentes com a qualidade exigida e nos prazos ideais”, para além de serem lançados concursos para prestação de serviços externos nesta área concreta;
- Paradoxalmente, apesar das necessidades de pessoal nesta área como argumenta o Presidente, dificilmente se compreende que a Câmara



2

autorize licenças sem vencimento, como o próprio Presidente comunicou à Câmara;

- O Vereador Francisco Morais de Barros não pode ser complacente com o constante agravamento e aumento das despesas correntes em detrimento da capacidade de investimento da Câmara Municipal do Sabugal.

Nestes termos e com os referidos fundamentos e pressupostos, o Vereador Francisco Morais de Barros votou contra a proposta de contratação de funcionários para o setor de gestão da estrutura verde.

Sabugal, 15 de Maio de 2026

O Vereador do Partido Chega

Francisco Morais Esteves de Barros

(Francisco Morais Esteves de Barros)

O Presidente da Câmara, _____
Vitor Manuel Dias Proença

A Assistente Técnica, Gabriela Esteves Roque
Gabriela Esteves Roque